

NOTA EXPLICATIVA

O Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos - e-ARQ Brasil teve sua primeira versão publicada em 2006, com a disponibilização da Parte I e dos “Aspectos de funcionalidades”, sendo complementada em 2009 com o esquema de metadados. Ao longo dos anos de 2017 a 2020, a Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos (CTDE) elaborou uma proposta de atualização, que resultou na versão 2 ora submetida à consulta pública.

O processo de atualização foi longo porque envolveu estudos teóricos, retroalimentação de iniciativas de adoção de Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos (SIGAD), e análise de documentos similares e afins, novos ou atualizados e as necessárias adequações à conformidade legislativa. Dentre esses aspectos destacam-se:

- a) as novas versões do *Model requirements for the management of electronic records* – MoReq (MoReq 2 e MoReq 2010); o modelo de requisitos apresentado pelo Conselho Internacional de Arquivos em 2008 - *Principles and Functional Requirements for records in electronic office environments* e a versão de 2015 do dicionário de dados para metadados de preservação - PREMIS;
- b) as experiências da Unicamp, Câmara dos Deputados e Dataprev na implementação de Sigads institucionais e a análise de soluções da Advocacia Geral da União e do Tribunal Regional Federal da 2ª região desenvolvidas a partir dos requisitos do e-Arq Brasil.

Essas experiências provocaram reflexões e a revisão de alguns requisitos funcionais, bem como evidenciaram a necessidade de maior detalhamento dos metadados.

Além disso, levantamento da legislação correlata aos documentos arquivísticos, em âmbito nacional, posterior à publicação da primeira versão do e-ARQ Brasil demonstrou que, em alguns casos, os novos atos legislativos trouxeram impactos nos procedimentos relativos à gestão dos documentos arquivísticos e, por consequência, levou à necessidade de adequações dos requisitos.

No que diz respeito aos “aspectos de funcionalidades”, os requisitos foram separados em funcionais e não funcionais. Parte dos requisitos funcionais foi reagrupada em uma nova seção denominada “Elaboração de documentos”, que concentra todos os requisitos relacionados à elaboração de documentos, avulsos ou processos. Foi, também, criada uma seção na parte de segurança, denominada “Assinatura cadastrada mediante identificação do usuário e senha”. Além disso, diversos requisitos funcionais e não funcionais foram alterados, de maneira a atender aos contextos normativo e tecnológico atuais, bem como

adequados para atender a questões apontadas nas experiências de desenvolvimento e implantação de SIGAD.

Uma grande mudança foi feita no esquema de metadados, principalmente no detalhamento daqueles que se referem aos eventos. Foi proposto um modelo para os metadados de eventos, similar ao apresentado no Dicionário de dados do PREMIS, que registra um conjunto de informações específicas para cada evento. Nessa versão apresentamos quatro grupos de eventos (gestão do ciclo de vida, gestão do processo, gerenciamento de classe e preservação), e em cada um deles é apontada uma lista de tipos de eventos que devem ser registrados. Os “eventos de gestão” relacionados na primeira versão do e-ARQ Brasil foram divididos em dois grupos, um que diz respeito aos eventos de gestão ocorridos ao longo do ciclo de vida do documento e outro que concentra os procedimentos de protocolo. Os metadados relativos aos instrumentos de gestão (Código de classificação e Tabela de temporalidade e destinação de documentos) foram reorganizados em dois grupos: identificação da classe e gerenciamento da classe. Os metadados do primeiro grupo registram informações oriundas do plano de classificação e da tabela de temporalidade relativas a uma determinada classe/subclasse/grupo/subgrupo, o segundo grupo refere-se aos eventos de gerenciamento dos instrumentos de gestão.

Alguns conceitos foram revistos, objetivando maior rigor e precisão. Nesse sentido, há que se ressaltar o uso dos termos “relação orgânica” e “organicidade” ao longo do documento. A relação orgânica diz respeito à relação de um documento com os demais que registram a mesma ação, nesse sentido é uma característica dos documentos arquivísticos. Já a organicidade está relacionada ao conjunto documental como um todo, sendo, portanto, uma característica do acervo e não do documento. Nessa perspectiva, foram feitos alguns ajustes no uso desses dois termos ao longo do documento, bem como reformulados e inseridos outros tantos considerados relevantes.

Por fim, de forma geral, a versão 2 do e-ARQ Brasil trouxe adequação terminológica, alinhamento com padrões, especificações e legislação mais atuais e aprimorou a organização dos requisitos e a especificação dos metadados.

Câmara Técnica Consultiva

Cláudia Lacombe Rocha

Brenda Couto de Brito Rocco

Eloi Juniti Yamaoka

Luís Fernando Sayão

Neire do Rossio Martins

REFERÊNCIAS

1. Prefácio do e-ARQ versão 2.

A Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos (CTDE), do Conselho Nacional de Arquivos (Conarq), apresenta a segunda versão do “Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos - e-ARQ Brasil.

A primeira versão desse documento foi publicada em 2006, com a disponibilização da Parte I e dos “Aspectos de funcionalidades”, sendo complementada em 2009 com o esquema de metadados. Ao longo dos anos de 2017 a 2020 foi realizada uma atualização, que resultou na versão 2 que ora apresentamos.

O decurso da atualização foi longo, pois envolveu estudos teóricos, retroalimentação de iniciativas de adoção de Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos (SIGAD), e análise de documentos similares e afins, novos ou atualizados. Dentre eles destacamos novas versões do Model requirements for the management of electronic records – MoReq (MoReq 2 e MoReq 2010); o modelo de requisitos apresentado pelo Conselho Internacional de Arquivos em 2008 - Principles and Functional Requirements for records in electronic office environments e a versão de 2015 do dicionário de dados para metadados de preservação - PREMIS.

Além disso, o acompanhamento ou a participação na implementação de SIGADs na Unicamp, Câmara dos Deputados e DATAPREV, por parte de alguns integrantes da CTDE, municiou o trabalho de atualização do e-ARQ Brasil. Mais recentemente, integrantes da CTDE participaram da avaliação de duas soluções a partir dos requisitos do e-ARQ Brasil, que foram desenvolvidas no âmbito da Advocacia Geral da União e do Tribunal Regional Federal da 2ª região. Essas experiências provocaram reflexões e a revisão de alguns requisitos funcionais, bem como evidenciaram a necessidade de maior detalhamento dos metadados.

Também foi levantada a legislação correlata aos documentos arquivísticos, em âmbito nacional, posterior à publicação da primeira versão do e-ARQ Brasil. Em alguns casos, os novos atos legislativos trouxeram impactos nos procedimentos relativos à gestão dos documentos arquivísticos, o que levou à necessidade de adequações dos requisitos.

No que diz respeito aos “aspectos de funcionalidades”, os requisitos foram separados em funcionais e não funcionais. Parte dos requisitos funcionais foi reagrupada em uma nova seção denominada “Elaboração de documentos”, que

concentra todos os requisitos relacionados à elaboração de documentos, avulsos ou processos. Foi, também, criada uma seção na parte de segurança, denominada “Assinatura cadastrada mediante identificação do usuário e senha”. Além disso, diversos requisitos funcionais e não funcionais foram alterados, de maneira a atender aos contextos normativo e tecnológico atuais, bem como adequados para atender a questões apontadas nas experiências de desenvolvimento e implantação de SIGAD.

Uma grande mudança foi feita no esquema de metadados, principalmente no detalhamento daqueles que se referem aos eventos. Foi proposto um modelo para os metadados de eventos, similar ao apresentado no Dicionário de dados do PREMIS, que registra um conjunto de informações específicas para cada evento. Nessa versão apresentamos quatro grupo de eventos (gestão do ciclo de vida, gestão do processo, gerenciamento de classe e preservação), e em cada um deles é apontada uma lista de tipos de eventos que devem ser registrados. Os “eventos de gestão” relacionados na primeira versão do e-ARQ Brasil foram divididos em dois grupos, um que diz 14 respeito aos eventos de gestão ocorridos ao longo do ciclo de vida do documento e outro que concentra os procedimentos de protocolo. Os metadados relativos aos instrumentos de gestão (Código de classificação e Tabela de temporalidade e destinação de documentos) foram reorganizados em dois grupos: identificação da classe e gerenciamento da classe. Os metadados do primeiro grupo registram informações oriundas do plano de classificação e da tabela de temporalidade relativas a uma determinada classe/subclasse/grupo/subgrupo, o segundo grupo refere-se aos eventos de gerenciamento dos instrumentos de gestão.

Alguns conceitos foram revistos, objetivando maior rigor e precisão. Nesse sentido, há que se ressaltar o uso dos termos “relação orgânica” e “organicidade” ao longo do documento. A relação orgânica diz respeito à relação de um documento com os demais que registram a mesma ação, nesse sentido é uma característica dos documentos arquivísticos. Já a organicidade está relacionada ao conjunto documental como um todo, sendo, portanto, uma característica acervo e não do documento. Nessa perspectiva, foram feitos alguns ajustes no uso desses dois termos ao longo documento, bem como reformulados e inseridos outros tantos considerados relevantes.

Por fim, de forma geral, a versão 2 do e-ARQ Brasil trouxe adequação terminológica, alinhamento com padrões, especificações e legislação mais atuais e aprimorou a organização dos requisitos e a especificação dos metadados. Com isso, a CTDE espera oferecer um documento atual, rigoroso e útil para a comunidade arquivística brasileira.

2. [Portaria nº 121, de 1º de dezembro de 2020.](#)